

Ilmo.(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) do Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 011/2023, Processo n. 56/2023, de ordem do Município de Bocaina de Minas/MG.

Ref. PROCESSO Nº 56/2023

- MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 11/2023

A **W&M PUBLICIDADE LTDA.**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ / MF sob o nº: 01.527.405/0001-45, com sede na Av. Augusto de Lima, nº 233, conjunto 1220, bairro Centro, Belo Horizonte, CEP: 30.190-000, Minas Gerais, por sua Representante Legal infra-assinada, tempestivamente, vem, com fulcro no parágrafo 1º, do art. 41, da Lei 8666/1993, apresentar

IMPUGNAÇÃO

em face de disposições editalícias contrárias a legislação, pelas razões de direito a seguir articuladas:

1 DOS FATOS

Cuida-se de Processo Licitatório na Modalidade Pregão, iniciado sob o nº 11/2023. O certame em comento tem por objeto “*Registro de Preço visando eventual e futura Prestação de serviços de publicação institucional e de atos oficiais da Administração Municipal, em jornal de circulação regional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante e inseparável deste edital, independente de transcrição.*”.

Ocorre que, o instrumento convocatório tem cláusulas que são contrárias ao ordenamento jurídico brasileiro, o que será demonstrado na presente impugnação.

2 DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO

2.1 DO FRACIONAMENTO DO OBJETO – MELHOR DEFINIÇÃO

O edital em questão prevê **a contratação global de serviços de publicidade legal e publicidade institucional**, o que contraria o disposto na Lei n.º 12.232/2010.

Conforme a legislação específica, a contratação de serviços de publicidade institucional deve ocorrer nos exatos termos da Lei n. 12.232/2010 e prestado por agência de publicidade, considerando a natureza e complexidade do serviço a ser prestado.

A contratação global de serviços de publicidade institucional e legal não permite a devida análise e avaliação específica de cada tipo de serviço, comprometendo a transparência e a eficiência da contratação.

2.2 Da Obrigatoriedade de Observância das Leis Específicas:

A Lei n.º 12.232/2010 estabelece a obrigatoriedade de que a publicidade institucional se dê com a estrita observância dos ditames previstos nessa lei, que dispõe sobre a contratação de serviços de publicidade e propaganda institucional pelos entes federativos, a saber:

Art. 1º *[omissis...]*

§ 1º Subordinam-se ao disposto nesta Lei os órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, as pessoas da administração indireta e todas as entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes referidos no caput deste artigo.

Noutro ponto, a publicidade dos atos oficiais (definida como “publicidade legal”) deve observar a Lei Geral de Licitações (Lei n.º 8.666/93), que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

A publicidade legal tem por objetivo a simples divulgação dos avisos de licitações promovidos pelo Município de Bocaina de Minas, diferente da Propaganda

Institucional, que demanda a contratação de profissionais capazes de criar e desenvolver conteúdos para, posteriormente disponibilizar aos veículos de comunicação.

A simples inserção de matérias em jornais oficiais e leigos dispensa a exigibilidade de contratação serviços técnicos e especializados, prestados por publicitários ou agências específicas de propaganda, fato que evidencia a distinção dos serviços.

Em linhas gerais, a publicidade legal cuida de efetivar a publicação de conteúdo previamente elaborado pelos servidores e colaboradores do órgão público demandante, por tal razão há de ser afastada a aplicação da Lei. n. 12.232/2010.

Daí, reafirma a impugnante que a contratação global de serviços de publicidade (a partir da junção dos serviços de publicidade institucional e publicidade legal) torna difícil ou impossível a aplicação específica de cada lei em relação a cada tipo de serviço, o que pode resultar em prejuízo aos princípios da legalidade e da transparência.

Oportunamente, faz-se constar o posicionamento do Tribunal de Contas de Minas Gerais:

Outro aspecto que permite identificar a natureza contínua dos serviços relacionados **à publicidade dos atos oficiais é que os serviços se restringem à divulgação, em mídia impressa, dos conteúdos elaborados e fornecidos pela Administração.**

Já os serviços de **publicidade institucional relacionados a campanhas, programas e informações sobre atividades desenvolvidas pelos órgãos estatais, ou seja, a propaganda pública propriamente dita**, abrangem uma gama de atividades que vão desde a concepção, passando pela elaboração, a produção, a execução, até a distribuição aos meios de divulgação, culminando com a veiculação do anúncio.

[...]

Outro aspecto importante é a peculiaridade prevista nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 12.232/10, que permite adjudicar o

mesmo objeto a mais de uma agência de propaganda, sem a segregação de itens.

[...]

Em suma, diferentemente da publicidade dos atos oficiais, a publicidade institucional ou propaganda oficial não constitui uma única necessidade a ser atendida, mas um conjunto de necessidades cuja única identidade é ter o mesmo anunciante. (TCE-MG. Consulta n. 1007553 – Cons. Rel. Sebastião Helvecio – Sessão do Tribunal Pleno de 10/04/19) (não há negrito no original).

A preocupação com a ampla publicidade é tamanha que o Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado recentemente para se manifestar sobre o tema e ratificar o risco de nulidade e direcionamento dos processos licitatórios que não tiveram seus avisos devidamente publicados:

“A legislação que regulamenta a publicação dos atos oficiais precisa ser, ao máximo possível, minudente, detalhista e descritiva, até mesmo por buscar adequar a sistemática de publicação ao dinamismo da vida social.

[...]

No caso concreto, o regime jurídico de Licitações e Contratos (Lei8.666/93) contempla a obrigatoriedade de publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação desde sua publicação, em 1993 (art. 21). O mesmo se verifica em relação à Lei do Pregão (Lei 10.520/02) e à Lei do Regime Diferenciado de Contratações (Lei 12.462/11), no que atine especificamente à obrigatoriedade de publicação de atos oficiais em jornais de grande circulação.” (STF. ADI n. 6229, Rel. Min. Gilmar Mendes, **publicado em: 22.10.2019**). (há negrito no original).

O presente certame cuida da contratação de serviços que podem ser comercializados separadamente, ou seja, itens autônomos. Todavia, o Edital trouxe como regra o julgamento global de publicidade legal e institucional, prejudicando a concorrência.

Conforme restou comprovado acima, a contratação dos serviços de publicidade deve se dar por item separadamente, **conforme mandam os artigos 15, IV e 23, §1º, da Lei nº 8.666/93.**

A JUNCTÃO DE ITENS AUTÔNOMOS EM LOTES (GLOBAL) OFENDE A COMPETITIVIDADE e a BUSCA PELA MELHOR PROPOSTA. Considerar um Lote composto por itens autônomos, sem o seu desmembramento, acaba por RESTRINGIR A COMPETITIVIDADE entre os participantes, em clara infringência ao art. 3º, caput e §1º, da Lei nº 8.666/93.

3 DOS PEDIDOS

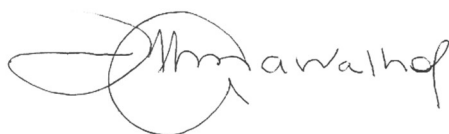
Ante as razões de direito aduzidas, espera a Impugnante que seja recebida, processada e julgada a presente impugnação que ao final deve ser integralmente acolhida para que seja procedida a ALTERAÇÃO DO EDITAL, **para possibilitar a participação de empresários e/ou sociedades que atuam na divulgação e publicação de matérias legais**, a partir da separação do objeto licitado.

O acolhimento da presente impugnação trará como consequência a contratação dos serviços de publicidade legal em um processo distinto daquele que irá regulamentar a contratação dos serviços de publicidade institucional, que deverá ser regido pela Lei n. 12.232/2010, é o que se requer.

Caso não haja acolhimento desta Impugnação por esta Comissão, o que se admite somente como forma de argumento, requer seja a mesma encaminhada à autoridade superior para apreciação e julgamento, de onde se espera, receba integral provimento, por tratar-se de medida de direito resguardada no ordenamento pátrio.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mirna Martins de Carvalho Lopes'. The signature is stylized with a large, circular flourish on the left side.

W&M PUBLICIDADE LTDA.-EPP

Mirna Martins de Carvalho Lopes

Sócia-Administradora

CPF: 955.318.076-00

Bruno Camargo

OAB/MG 104.564